



# SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

26/03/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

## Diferenças das duas reformas

### MÍNIMO DE CONTRIBUIÇÃO\*

A de Bolsonaro exige 20 anos para receber 60% da média salarial; a de Temer\*\*, 25 anos para 70% da média

### TRANSIÇÃO\*

Na de Temer vai até 2038, com pedágio de 30% do tempo de contribuição faltante; na de Bolsonaro, até 2033, com regras por pedágio (de 50%), pontos ou idade

### CAPITALIZAÇÃO

Só aparece na de Bolsonaro

### BPC E RURAL

As mudanças são mais brandas na de Temer

\*setor privado \*\*aprovada em comissão

# Centrão cogita votar texto da Previdência de Temer

Manobra seria uma resposta de parlamentares às declarações de Bolsonaro

Irritados com o presidente Jair Bolsonaro (PSL), líderes do centrão discutem desenterrar a reforma da Previdência do governo Michel Temer e votá-la como afronta ao Planalto. Iniciativa é de parlamentares que apoiam as mudanças, mas estão descontentes com o tratamento dispensado ao Congresso.

Deputados e presidentes de partidos ouvidos pela Folha disseram que a ideia surgiu em conversas informais na semana passada.

Eles avaliam que o texto proposto pela gestão do ex-presidente era menos duro, mais palatável e com projeções de economia mais factíveis e transparentes.

Com o aumento da temperatura na relação entre Bolsonaro e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM), eles viram na manobra uma forma de explicitar sua insatisfação com o governo.

Em reunião com ministros, Bolsonaro disse que é hora de uma relação harmônica com o Legislativo.

O ministro Paulo Guedes minimizou a crise na articulação do governo. "Não tem caos nenhum", afirmou.

Líderes de diversos partidos prepararam um ato de apoio à reforma, mas com veto às mudanças na aposentadoria rural e no pagamento de benefício para idosos miseráveis. Mercado A17

Fonte do Clipping: Jornal Folha de S. Paulo – 26/03/2019

## Para Guedes, mesmo com 'queda de braço', reforma será aprovada

Após a repercussão dos atritos entre o governo e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), em torno da articulação pela reforma da Previdência, o ministro da Economia, Paulo Guedes, buscou minimizar a crise e disse que o que está acontecendo é "perfeitamente natural". Ele avaliou ainda, em tom otimista, que, mesmo que haja agora uma "queda de braço", a reforma será aprovada. "O Brasil está enriquecendo politicamente e estamos vendendo história ao contrário. Falamos em crise, não vejo assim; o que está acontecendo é perfeitamente normal", disse Guedes em evento da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP).

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 26/03/2019

## 'Presidente já está envolvido na reforma'

O secretário da Previdência, Rogério Marinho, afirmou que o presidente Jair Bolsonaro está comprometido com a reforma da Previdência, numa tentativa de dissipar o mal-estar provocado pela troca de declarações inflamadas entre Bolsonaro e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM). "O presidente já está envolvido (na reforma). Ele tem repetido, reiterado, reafirmado seu compromisso com o projeto e não há por que duvidar da sua posição", disse Marinho. "Ele tem dito de maneira enfática a necessidade de todos estarmos nesse processo e tem liderado (a reforma) dentro do governo."

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 26/03/2019

## 173 mil empregos são criados em fevereiro

O país registrou, pelo terceiro mês seguido, a criação de empregos com carteira assinada. Segundo dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia, o saldo positivo de emprego formal chegou a 173.139 no último mês. Esse foi o maior saldo positivo para fevereiro desde 2014 (260.823). O resultado decorreu de 1.453.284 admissões e 1.280.145 demissões. O estoque do emprego formal alcançou 38,6 milhões de postos de trabalho. Nos dois meses do ano, o saldo de geração de empregos formais chegou a 211.474. Nos 12 meses terminados em fevereiro, foram criados 575.226 postos de trabalho.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 26/03/2019

## Boleto: sindicatos e partidos vão à Justiça

Sindicatos e partidos travam uma batalha no Judiciário para derrubar a medida provisória (MP) do presidente Jair Bolsonaro que determina o pagamento da contribuição sindical apenas por boleto. No STF (Supremo Tribunal Federal), há quatro ações que contestam a constitucionalidade da MP, que proibiu o desconto da taxa diretamente nos salários. Mas o prazo é curto. A contribuição sindical é paga normalmente em abril, referente ao mês de março. Por isso, sindicatos acionaram também a Justiça Federal em estados e alguns conseguiram suspender os efeitos da medida provisória. A contribuição sindical passou a ser optativa após o Congresso aprovar a reforma trabalhista do ex-presidente Michel Temer. Às vésperas de os trabalhadores escolherem se querem ou não pagar o imposto que financia os sindicatos, o governo editou, em 1º de março, uma MP mudando regras para fazer a contribuição.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 26/03/2019

## Para sindicalista, 'voz das ruas' pode ser resposta contra Fake News

Representantes das centrais sindicais voltarão a se reunir nesta terça-feira (26), em São Paulo, para avaliar as manifestações realizadas na última sexta e discutir os próximos passos da mobilização contra a "reforma" da Previdência, que pode incluir uma greve geral, conforme adiantaram vários dos discursos da semana passada. "O ato foi para além das nossas expectativas e demonstra que estamos numa crescente", afirma o presidente da CTB, Adilson Araújo. Para ele, a chamada voz das ruas "pode ser uma importante resposta às fake news", à onda de mentiras que contribuiu para a eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República. "O povo vai começando a ter medida do saco de maldades (do governo)", afirma. Adilson acredita que as centrais, neste momento, precisam ter "sagacidade política, unidade e determinação" para continuar organizando a resistência contra medidas que ameaçam direitos, simultaneamente aos ataques recebidos contra as próprias entidades sindicais.

O dirigente cita as leis de "reforma" trabalhista (13.467) e de terceirização irrestrita (13.429) e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6, sobre a Previdência, como exemplo da ofensiva a direitos sociais. Além disso, no início do mês o governo editou a Medida Provisória (MP) 873, que muda regras sobre o custeio sindical. Várias entidades têm obtido liminares na Justiça, enquanto aguardam o julgamento de ações diretas de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Leia mais: Rede Brasil Atual - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>